

# UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR (UNIAFRO)

# FRANCISCO LEVI JUCÁ SALES

MEMÓRIAS AFRO-BRASILEIRAS: MONUMENTOS, MUSEUS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM REDENÇÃO – CEARÁ.

> REDENÇÃO JUNHO DE 2016



# UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR (UNIAFRO)

# FRANCISCO LEVI JUCÁ SALES

# **MEMÓRIAS AFRO-BRASILEIRAS:**

# MONUMENTOS, MUSEUS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM REDENÇÃO – CEARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira — UNILAB, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar.

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTONIO MARCOS DE SOUSA SILVA

REDENÇÃO JUNHO DE 2016

# Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI) Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL Catalogação na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos - CRB-3 / 1219

Sales, Francisco Levi Jucá.

S153m

Memórias afro-brasileiras: monumentos, museus e educação patrimonial em Redenção –Ceará. / Francisco Levi Jucá Sales. – Redenção, 2016.

40 f.: il.; 30 cm.

Monografía do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcos de Sousa Silva.

Inclui referências.

1. Patrimônio cultural - Proteção. 2. Educação patrimonial. I. Título.

CDD 363.69

# FRANCISCO LEVI JUCÁ SALES

# MEMÓRIAS AFRO-BRASILEIRAS: MONUMENTOS, MUSEUS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM REDENÇÃO – CEARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado para obtenção de Diploma de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.
Data:/
Nota:
Banca Examinadora:
Prof. Dr. Antonio Marcos de Sousa Silva (Orientador)
Prof. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira (UNILAB)
Profa. Dra. Silviana Fernandes Mariz (UNILAB)

#### RESUMO

O município de Redenção, Ceará, é considerado o pioneiro da abolição da escravatura no Brasil. Desde a libertação, em 1883, memórias afro-brasileiras foram e são construídas através dos monumentos e museus da cidade. O objetivo do presente trabalho é analisar de que forma esses lugares de memória coletiva podem legitimar valores, crenças e (des)igualdades socioculturais, a partir da identificação dos símbolos, narrativas, discursos e histórias transmitidas por eles. Para isso, fez-se necessário considerar o processo histórico da formação do movimento abolicionista local, revisando elementos da historiografía existente e observando a compreensão do patrimônio cultural através de visitações e conversas com os que estão diretamente ligados à gestão e estudo do mesmo, em especial funcionários e estudantes. A manutenção e limitação, de uma memória da escravidão local alerta que ações de educação patrimonial integral, que possa abranger outros bens culturais não considerados atualmente, tornem os monumentos e museus pesquisados efetivos agentes transformadores nas políticas culturais e de igualdade racial.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio Cultural; Redenção – CE.

# SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1 – Percalços da História e Memória Afro-Brasileira	9
1.1 – À guisa de uma história da memória	9
1.2 - O "apagar da memória negra" ou "a política de branqueamento racial"	11
Capítulo 2 – De Acarape à Redenção: memórias de papel, pedra e cal	16
2.1 – O pioneirismo abolicionista: marcos políticos	16
2.2 – Monumentos e Logradouros	22
Capítulo 3 – Museus: Cativo, Liberto e, depois?	25
3.1 – Museu Histórico e Memorial da Liberdade	26
3.2 – Museu Senzala Negro Liberto	28
Considerações finais: Por uma educação patrimonial integral	31
Referências Bibliográficas	34
Fontes	36
Anexos	37

### Introdução

A presente pesquisa parte de alguns "lugares de memória" situados na cidade de Redenção, Ceará, constituídos em monumentos e museus, para analisar as memórias construídas e evocadas através dos mesmos, as quais legitimam a história oficial que vem sendo narrada e transmitida para afirmar a presença, ou ausência, de aspectos socioculturais afro-brasileiros na sociedade local. A escolha da cidade se deu por ser considerada a primeira do país a abolir definitivamente a escravidão em 1º de janeiro de 1883, e é a partir desse pioneirismo que passa a construir suas memórias heroicas relacionadas à libertação dos negros(as) de sua sociedade.

Lugares como a *Praça da Liberdade*, *Praça Princesa Isabel*, *Monumento Negra Nua Museu*, *Memorial da Liberdade e Museu Senzala Negro Liberto*, são reconhecidos não apenas pelos redencionistas, mas por turistas curiosos e, principalmente, estudantes cearenses que os visitam em aulas de campo visando as pesquisas das disciplinas de humanidades. A inquietação do presente trabalho surge exatamente aqui, ao se observar quais narrativas e discursos são transmitidos por esses espaços de memória e em que medida exaltam ou fazem desaparecer determinados grupos e sujeitos em detrimento de outros e, ainda, quais mitos ou lendas constrói.

Conscientes da ação educativa inerente aos museus e monumentos, seja através da mediação realizada por guias e monitores, que reproduzem determinada narrativa, ou pela leitura de placas, documentos ou demais textos sinalizam objetos, essa análise também buscará fomentar a discussão sobre os caminhos da educação patrimonial pode traçar enquanto agente transformadora nas políticas culturais e de igualdade racial.

Problematizando o tema, questionamos criticamente: à qual história, e memória, esses espaços se vinculam? Que identidades fomentam? De que maneira as legitimam? Como esses lugares atuam ou poderiam atuar como agentes transformadores nas políticas de igualdade racial no ambiente escolar e social? Para responder, procuramos analisar as memórias afro-brasileiras construídas através dos monumentos e museus da cidade de Redenção, Ceará, e como estas podem legitimar valores, crenças e (des)igualdades socioculturais.

Entre os anos de 2006 e 2010, durante o curso de minha graduação em História pela Universidade Federal do Ceará – UFC, fiz parte da primeira turma a ser contemplada com a renovação curricular que adicionou à grade de disciplinas a "História da África". Nesse

ínterim, proporcionadas pela Lei Federal n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003 e a efetivação da política de cotas raciais no âmbito universitário, as discussões da relação África-Brasil ontem e hoje passaram a ter um espaço privilegiado em nosso cotidiano acadêmico.

A supracitada lei, procedida da luta do movimento negro, criou a obrigatoriedade do ensino da temática da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino, acrescendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Em julho de 2010, foi promulgado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), mas que por sua vez tem sido pouco divulgado e discutido. As dificuldades de efetivação da legislação passam pela própria ausência de formação específica dos professores da educação básica, um problema que o presente curso de especialização busca solucionar.

Pessoalmente, ainda guardo uma pequena coleção de textos que compunham a bibliografia da mencionada disciplina de graduação, dos quais tenho feito uso para embasar minhas aulas de história no ensino médio como professor da rede pública estadual, na busca de desconstruir certos estereótipos da África e dos africanos que ainda têm uma certa força proveniente da historiografia tradicional que reflete diretamente nas aulas da educação básica.

Assim, verificamos quão incompleta e distorcida é a versão que apresenta o africano como "vindo" da África para o Brasil em navios tumbeiros (não seria trazido, à força?), mão-de-obra barata, passiva e adaptável à escravidão (alguém é?) a partir do ciclo colonial do açúcar, destacando sua condição de mercadoria e, por isso, existência deplorável ante os mandos de seu senhor, participante de insurreições desorganizadas e sem conquistas efetivas, portador de crenças exóticas e consideradas pagãs ou diabólicas pelo cristianismo, trancafiados nas senzalas, laborando incessantemente nas lavouras das fazendas brasileiras até que, como que por encanto, são libertos legalmente nos fins do Império e simplesmente "desaparecem" da trama da História do Brasil! E quando partimos ao micro, para a história local, então maior ainda é o desafio.

Para tanto, fez-se necessário compreender, a partir do processo histórico da formação do movimento abolicionista em Redenção que proporcionou a concretização de sua memória pioneira, a construção de certas narrativas, discursos e histórias transmitidas pelos espaços de memória pesquisados. As dificuldades dessa empreitada, em grande parte pioneira, sobretudo pela ausência de fontes, impuseram algumas limitações à presente pesquisa. Entretanto, nos foi possível dar início à uma interessante revisão

historiográfica acerca do passado local, tão necessária perante a carência de estudos e obras de referência anteriores sobre Acarape / Redenção.

A metodologia empregada foi a pesquisa de fontes primárias e bibliográfica referentes à história do Ceará e do município de Redenção, com o estudo teórico sobre os lugares de memória (museus, monumentos, logradouros, etc.) e análise do discurso, narrativa histórica, transmitido por eles. Também através do trabalho de campo, em pesquisa qualitativa, visitamos os lugares de memória, observando seus processos de constituição, levando em conta, principalmente no caso dos museus, as pessoas envolvidas (emissores e receptores) por meio de conversas e entrevistas gravadas, quando necessário.

Como educador do século XXI, não apenas creio, como sinto, não caber mais a relação ensino-aprendizagem entre as quatro paredes de uma sala escolar. Nesse contexto, mais que a realidade digital e da informação, assaz homogeneizante e massificadora, é preciso conhecer o nosso entorno, nossas raízes, a história do nosso lugar. Para tanto, acredito na educação patrimonial, isto é, no estudo e reconhecimento de nossos bens materiais (culturais e naturais), imateriais (manifestações e tradições), como forma possível de conscientização histórica dos sujeitos para transformarem sua realidade, especialmente àquelas ancoradas em velhos preconceitos.

Tal desenvolvimento social tem encontrado nos museus contemporâneos e outros equipamentos culturais espaço privilegiado para o seu fomento na medida em que tornam-se oportunidades educativas em potencial. Oxalá que as reflexões e esclarecimentos apontados nesta pesquisa possam animar e nortear propostas, ora adormecidas ou inexistentes, de ações educativas que tornem os monumentos e museus pesquisados efetivos agentes transformadores nas políticas culturais e de igualdade racial.

# Capítulo 1 – Percalços da História e Memória Afro-Brasileira

Reconhecendo a existência das desigualdades raciais construídas socialmente e historicamente desde a colonização escravagista, movimentos sociais promovem na atualidade a desconstrução da naturalização cultural e biológica que sempre justificaram a inferioridade da população negra na hierarquização sociocultural brasileira. Obstáculo que vem sendo sobrepujado por políticas públicas específicas à causa antidiscriminatória que busca valorizar a igualdade nas diferenças. Para que as legislações inerentes às questões raciais não se tornem letra morta, o direito à memória e a discussão crítica de uma história oficial são importantes passos da luta.

# 1.1 – À guisa de uma história da memória

Os recentes estudos sobre a relação entre história e memória delimitam suas diferenças conceituais e metodológicas, sem necessariamente buscar alargar o fosso entre ambas, como na historiografia positivista. Antes, percebe-se a memória em primeiro grau, isto é, na qualidade de fonte, objeto da história, reconhecendo sua condição de faculdade inerente ao homem, quer sendo uma recordação, lembrança, testemunho e relato de um indivíduo ou bem comum de uma coletividade; em outras palavras, é a vida protagonizada pelas pessoas, em grupo, e está em evolução permanente. Tal aproximação lembra, naturalmente, a dimensão humana da dimensão histórica.

Por séculos sendo utilizada como instrumento de manipulação e legitimação de poderes, a memória pode ser vista na contemporaneidade em sua perspectiva plural, propiciadora de vínculos sociais que estabelecem identidades individuais e coletivas, fazendo com que o historiador não tenha exclusividade sobre essa conexão cada vez mais forte entre história e memória (DOSSE, 2003). Filósofos, literatos, jornalistas, cientistas políticos e outros vêm produzindo estudos a respeito desse movimento dialético, motivando no mínimo duas implicações. A primeira é a produção de múltiplas fontes procedentes da memória, como as (auto)biografias, memórias institucionais e/ou empresariais, os marcos comemorativos e ainda outros "lugares de memória" da "memória coletiva", conceitos de Pierre Nora (2012) e Maurice Halbwachs (2006), respectivamente.

Depois, toda essa avidez contemporânea por memórias exige do historiador a construção de uma história social da memória, um imperativo que deve beneficiar-se do aporte crítico próprio de seu oficio, bem como do dever de lembrar, ao revisitar zonas de sombra e silêncio para pensar, no presente, o futuro. Trata-se de uma tomada de consciência, por parte dos historiadores, do estatuto de segundo grau de seu discurso, na medida em que o momento historiográfico atual tem essa via aberta a outra história, como afirma Nora (2012, p. 286) ao levar em conta

(...) não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas o vestígio dessas ações e o jogo das comemorações; não os acontecimentos por si mesmos, mas sua construção no tempo, o apagar e o ressurgir de suas significações; não o passado tal como aconteceu, mas seus reempregos sucessivos: não a tradição, mas a maneira pela qual é constituída e transmitida.

No campo desse jogo das comemorações, a presente pesquisa abrange os lugares de memória em Redenção – CE, tais como o Museu Memorial da Liberdade, Museu Senzala Negro Liberto, Monumento Negra Nua, Praça da Liberdade e Praça Princesa Isabel, buscando analisar, principalmente, a história e a memória evocada pelos mesmos.

Longe de ser um produto espontâneo, os "lugares de memória", para além de suas bases físicas e funcionais, são parte fundamental de uma construção histórica e o interesse que despertam vem de seu valor como documentos e monumentos que revelam processos sociais, conflitos, paixões e interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função simbólica.

Assim, museus ou bustos são marcos que representam um discurso, o qual, por sua vez, não é apenas um conjunto de sentenças, de expressões que encerram sentidos, mas uma sequência ordenada de expressões de um determinado juízo. Daí provém valores, ideologias e uma moral oriunda de um grupo social ou certa personalidade que o representa, perpetuadas culturalmente por gerações por meio de uma História triunfante, celebrada em nome de dadas personalidades heroicas.

A educação patrimonial, isto é, com base no patrimônio cultural local, como museus, monumentos e demais espaços assim considerados, buscam reafirmar hoje o quanto o povo esteve sempre aquém dos denominados "vultos ilustres" numa história

contada e "vista de cima", segundo a afirmação do historiador Peter Burke<sup>1</sup> (1992). Ou ainda, segundo expõe Walter Benjamin (1994), uma escrita da história "a contrapelo", do ponto de vista dos vencidos.

A Constituição de 1988 ampliou a noção de patrimônio histórico e artístico para patrimônio cultural, ampliando o entendimento de "bem cultural", assim definido em seu artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Se a memória, historicamente, foi por muito tempo instrumento de manipulação, poderá agora "ser reinvestida numa perspectiva aberta para o futuro, fonte de reapropriação coletiva e não simples museografia amputada do presente" (DOSSE, 2003, p. 290). Resta-nos, pois, refletir sobre o quão amputado das questões do presente estão nossos monumentos e museus em Redenção, na medida em que aparentemente parecem narrar uma história tradicional sobre a participação dos negros em nossa sociedade, limitada à sua condição de escravos. Musealizados, os objetos de tortura, espaço de senzala e "heróis abolicionistas" cristalizam-se, na ausência de discussões a seu respeito, no imaginário social. Esta realidade é o fio condutor da presente pesquisa.

# 1.2 – O "apagar da memória negra" ou "a política de branqueamento racial"

A partir de meados do século XIX, a onda cientificista europeia chega ao Brasil nas áreas que lhe são mais caras, economia, política e educação. Sem contar com o interesse intelectual do próprio imperador, D. Pedro II, que não só acompanhava pessoalmente as inovações práticas e teóricas da ciência de então, abrindo as portas do país considerado o

11

Conceito de "história vista de baixo" em: BURKE, Peter (org.) A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

"paraíso dos naturalistas" a esses "homens de ciências" estrangeiros, tal como ocorria desde o período joanino, como também fomentou projetos e pesquisas que deram base à formação de uma comunidade científica brasileira, à exemplo disto tivemos no IHGB a criação da Comissão Científica de Exploração que veio ao Ceará entre 1859 e 1861.

Coube, porém, a essa classe de cientistas naturais, e sociais, teorizar um projeto de nação que caminhava para o republicanismo, a partir do gradual enfraquecimento do governo imperial, especialmente a partir da década de 70 oitocentista. O positivismo de Comte, atrelado ao determinismo de Darwin, viria anos depois a embasar teorias raciais importadas para a discussão da questão da formação do Estado brasileiro pós emancipação dos escravizados, com o consequente estabelecimento de uma política de branqueamento da população em grande parte negra e mestiça.

De acordo com as teorias raciais advindas da Europa, a miscigenação era algo negativo, certas de que a mistura de raças inferiorizava seus descendentes. Na associação negro-escravo a noção de inferioridade era há muito arraigada dada a própria "não condição" do escravo, visto como propriedade, um bem semovente de posse do outro considerado homem, superior, o branco.

Como aponta Lilia Moritz Schwarcz (1993), no discurso brasileiro levou-se em consideração a teoria do evolucionismo social, da suposta hierarquia existente entre as raças que justificaria as diferenças existentes no âmago de uma sociedade tradicional, mas buscando, no entanto, não problematizar o lado ruim da mestiçagem, por ser a marca mais forte da população em questão, e cujo pessimismo inviabilizaria um projeto de nação que estava apenas a começar sua estruturação.

Lembrar da diferença da escravidão em território norte-americano que antecedeu o Brasil na abolição e superou-o ao dar condições aos libertos para inserirem-se socialmente, com mais dignidade, com aporte governamental, justifica a afirmação de Gilberto Vasconcelos, no vídeo "Brasil Crioulo", que, após a abolição da escravidão no Brasil, "os negros não conseguiram se classificar socialmente".

Segundo Cirne (2008), nos anos seguintes à abolição, primeiros da República, entre 1892 e 1914, as verbas públicas destinadas à política de imigração europeia totalizaram de 5 a 7% das despesas do Estado. Recurso que poderia ter sido investido na inserção social dos libertos, some-se a isto a Hospedaria dos Imigrantes, inaugurada ainda em 1888 em São Paulo. O governo brasileiro fazia propaganda nos países europeus, pagava

passagens para as fazendas do interior e até mesmo as passagens desde a Europa, trocando a mão-de-obra negra pela europeia imigrante, fortalecendo o intuito do branqueamento. A segregação dos negros no mercado de trabalho formal, após o fim da escravidão, é a origem do excedente estrutural da força de trabalho no Brasil.

Afirmar que os negros não puderam se classificar socialmente, diante dos processos sociais que levaram a essa não-condição, traduzem-se na infame realidade dessa população negra pós 1888, jogada na mais terrível miséria. Os que ficaram na fazenda, ainda praticamente como escravos, "negros de estimação", podiam depois receber salários ínfimos. O Império e logo a seguir o Brasil Republicano, negaram-lhes a posse de qualquer pedaço de terra para viver ou cultivar, de escolas, de assistência social, de hospitais. Aos libertos só foram dadas a discriminação e a repressão.

No Ceará, reza o mito de que não existem índios nem negros em seu território desde o final do século XIX, marco especialmente fundado pela "precoce oficialização" da Abolição local que anos depois finalmente "civilizaria" o país. Pensamento conduzido pelo entendimento de que ser índio ou ser negro limita-se, tão somente, ao fenótipo: o conjunto dos traços genéticos, físicos, como a cor da pele. É a formação de uma ideologia racista pautada na discussão de raça, como vimos, no Brasil oitocentista, assim como em dados estatísticos que também davam certa invisibilidade à população negra.

Vinícius Barros Leal (1981) transcreveu estatísticas do período colonial a respeito da quantidade e procedência dos escravos nos primeiros quarenta anos da Vila de Montemor o Novo d'América (fundada em 1764), atual Baturité, mas que à época correspondia ao atual território do Maciço de Baturité. Nesse período consta a existência de 287 escravos, sendo destes 123 homens e 146 mulheres. Trazidos principalmente de Angola, Guiné e Costa da Mina e os nascidos no Brasil de outras vilas e capitanias.

A estatística de Barros Leal (1981) tomou por base dados cotejados a partir da documentação cartorária derivada do 1º Ofício de Baturité (1780-1940) custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Entre os anos de 2007 e 2009, tive acesso a esse fundo documental, contribuindo para o arranjo e organização do mesmo, na qualidade de estagiário do mesmo arquivo.

Analisei nos processos de inventário do século XIX, por exemplo, a posse de poucos escravos adultos por cada proprietário, especialmente mulheres e crianças, arrolados na lista dos bens semoventes, ou seja, juntamente aos animais, como bois e

cavalos, enquanto propriedades de seus senhores, vendidos por escritura passada em cartório. Esse perfil demonstra, sobretudo na região serrana do período áureo da produção cafeeira, que boa parte desses escravos servia aos afazeres domésticos e apanha do café.

É certo que no Ceará o uso da mão-de-obra escrava foi bem menor que em outras capitanias, haja vista a sua própria exploração colonial tardia entres os séculos XVII e XVIII, pautada na pecuária e lavoura algodoeira. Contrariamente às fazendas com engenhocas situadas da Paraíba ao Recôncavo Baiano, com suas grandes senzalas.

Os africanos vindos de Pernambuco e da Bahia ocupavam-se nas fazendas; eram preferentemente incluídos na criadagem e, como escreve João Brígido, "não conheciam o eito e a senzala dos latifúndios; faziam tão somente de domésticos, em contato imediato com o senhor". (...) Os distritos de gado – comenta a seu turno Henry Koster – empregavam poucos escravos e estes se ocupavam nas próprias casas. (GIRÃO, 1969, p. 43-44)

Ainda segundo Barros Leal (1981), os escravos eram designados na documentação notarial e eclesiástica conforme suas características raciais: negros, mulatos, moleques, negrinhas, crioulos, pardos, cabras, mamelucos, etc. Com esta variedade fenotípica, criase a

(...) mística da mestiçagem, [que] anula ou apaga outras diferenças particularmente significativas porque enraizadas em uma divisão do trabalho colorida pela estrutura hierárquica das raças. O **pardo**, ou a figura encarnada de mestiçagem seria o colchão amortecedor na estrutura social das divisões entre brancos e negros, impedindo que tais se revelassem como diferenças de classe. (PINHO, 2003, p. 6)

Então, o mito que apaga a memória negra pela pretensa "democracia racial"

(...) foi sendo inculcado nas mentes, tendo-se tornado parte do senso comum. (...)quem se beneficia com isso são as forças dominantes, que não se mobilizam no sentido de equiparar as visíveis desigualdades através de ações e políticas de combate às diferenças entre os grupos étnico-raciais no Brasil como um todo. Uma população que não existe não pode reivindicar direitos à igualdade, garantidos constitucionalmente. Há, na verdade, um interesse político de invisibilizar e, consequentemente, silenciar a população afrodescendente, visando manter o status quo. (BEZERRA, 2011, p.80)

No sentido inverso, voltando para o africano trazido ao Brasil, também preocupa a ainda presente "generalização do negro" enquanto sinônimo de escravo, "coisificado" como braço forte de trabalho. Esquecemos, pois, a pluralidade cultural do povo africano. Historiadores, sociólogos, antropólogos e pesquisadores em geral de todos os tempos, que estudam a relação África-Brasil, sobretudo em seu aspecto sociocultural, contam com um

aporte documental bastante diversificado, passando pelos sermões do Pe. Antônio Vieira, iconografia produzida por pintores como Franz Post, Rugendas e Debret até a literatura da época. Todas essas fontes retratam o papel do africano na formação da diversidade do povo brasileiro, diversidade esta que antes mesmo de caracterizar-se no Brasil, já era própria da África que para muitos estudantes, por exemplo, consiste num país! Quando na verdade é um grande continente contando atualmente mais de cinquenta países. Segundo Roger Bastide,

a "África enviou ao Brasil criadores e agricultores, homens da floresta e da savana, portadores de civilizações cujas casas eram arredondadas ou retangulares, de civilizações totêmicas, matrilineares ou patrilineares, de negros que conheciam reinos muito vastos, outros que só tinham uma organização tribal, negros islamizados e negros "animistos", africanos que possuíam sistemas religiosos politeístas e outros que cultuavam sobretudo antepassados divinizados..." (BASTIDE, 1960, p. 67)

Tanta diversidade parece ter sido embaçada pela brancura da borracha política lançada sobre ela. O direito à memória e o dever de lembrar deverão reavivá-la pelos vestígios que puderam resistir, tornando visível a história de homens negros e mulheres negras, desnaturalizando os processos de submissão a que foram submetidos, no intuito de produzir novos efeitos nas relações de poder entre brancos e negros.

# Capítulo 2 – De Acarape à Redenção: memórias de papel, pedra e cal

Ao menos para o aspecto sociocultural, o senso-comum afirma que o Brasil é um país sem memória vem tornando esta máxima um tanto relativa ao considerarmos o crescente interesse da população aos espaços de memória, devido à democratização do acesso ocorrida nos últimos anos a grande parte dos bens culturais. Os monumentos de uma cidade ou os objetos expostos em museus geralmente são vistos, independentemente da ótica do grupo social, como "provas materiais" dos fatos históricos de determinado lugar, daí a força simbólica que têm para a memória coletiva.

Em meio aos títulos de glória que fizeram da velha "Acarape" a nova "Redenção", trazendo ao próprio Ceará o epíteto de "Terra da Luz", logradouros públicos da cidade viriam a titular heróis, erguer monumentos e tornar museus antigos edifícios que muito depois foram abertos para contar, a partir de estátuas, placas e objetos, a história local, que abrange à região serrana do Maciço de Baturité, cuja economia diferenciou-se das planícies sertanejas pela produção extensiva de café e cana-de-açúcar, na qual se utilizou a mão-de-obra escravizada.

Todavia, resta-nos questões cruciais e que, geralmente, passam despercebidas: que memória é essa? Quem a fomentou e porquê?

## 2.1 – O pioneirismo abolicionista: marcos políticos

Com a antiga denominação de Acarape, termo jurídico de Baturité, a povoação surgiu administrativamente por ato provincial como distrito policial de 18 de março de 1842. A etimologia de "Acarape" tem origem tupi, "caminho dos peixes" ou "das garças", vem da denominação do Rio Acarape que circunda seu centro, e é o mesmo Rio Pacoti que nasce em Guaramiranga, na Serra de Baturité. Recebeu a visita da Imperial Comissão Científica de Exploração, chefiada pelo botânico Francisco Freire Alemão que assim descreveu a localidade em seu diário datado de 1861:

Era curioso ver a gente da povoação, brancos, **cabras**, **negros**, **machos e fêmeas taludos** e crianças, a observa-nos embasbacados e cheios de curiosidade. (...) Acarape é uma povoação insignificante e pobre, tem na praça uma igreja que não é das piores que temos visto no Ceará; a praça é irregular

e bordada de casas ruins; apenas tem uma ou outra de melhor aparência como é a em que mora o padre; corre por detrás da igreja uma rua, ou carreira de casas também muito ordinárias (...). (ALEMÃO, 2011, p. 457-458).

No minúsculo povoado, a população somava "cabras e negros" (pobres livres, mestiços, índios e/ou escravos) sobre os quais o cientista fluminense reproduz o discurso corrente de animalização dos cativos ao mencioná-los "machos e fêmeas taludos", isto é, homens e mulheres adultos, além das crianças.

Pela Resolução n.º 1.255, de 28 de dezembro de 1968, Acarape foi elevada em 1868 à categoria de "Vila", então sinônimo de "município" na legislação colonial/imperial, porém sua instalação deu-se apenas aos 21 de agosto de 1871.² O lugarejo, mesmo que insignificante na sua compleição urbana quase rural, possuía boa estrutura agrícola de plantio de algodão e cana, como atesta a visita de Alemão à um engenho que considerou uma "bela fábrica, grande, bem feita, com moedas de ferro".

Coincidentemente, a resolução de n.º 1.254, anterior a da emancipação de Acarape e sancionada no mesmo dia, autorizava o Executivo a gastar a quantia de 15 contos de réis com a alforria de 100 escravos de preferência do sexo feminino, o que garantiria o "ventre livre". Segundo Raimundo Girão (1960, p. 56), "a regulamentação da referida resolução saiu apenas no ano seguinte e demorada foi sua efetivação por todas as comarcas da Província do Ceará".

Ressaltando que a primeira sociedade libertadora no Ceará foi a de Baturité, organizada em 25 de maio de 1870, somente aos 8 de dezembro de 1882 fundou-se a Sociedade Redentora Acarapense. Diz-nos o histórico político-administrativo de Redenção, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que:

Em 8 de dezembro de 1882 fundou-se a Sociedade Redentora Acarapense (...). Acarape lançou no Ceará, no dia 1º de janeiro de 1883 a semente bendita da Redenção, com protesto solene à senzala infame, bradando para todo o Brasil, "Nesta terra não há mais escravos", um gesto pioneiro, heroico e entusiasta, que lhe valeu a consagração nacional e a admiração do povo brasileiro, expressas nos designativos com que então o batizaram: "Berço das Auroras" e "Rosal da Liberdade". Em data de 23 de janeiro, a ata de sessão da Câmara

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Sob o regime do padroado entre o Estado Imperial e a Igreja Católica, a legislação administrativa previa que somente as povoações como sede de freguesia (paróquia) poderiam emancipar-se, isto é, tornarem-se vilas. Mesmo a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Acarape tendo sido criada pela lei provincial nº 1.242, de 5 de dezembro de 1868, dias antes da Lei de ereção da Vila, apenas foi instituída canonicamente por Provisão do Bispo de Fortaleza em 24 de agosto de 1869, dando posse ao primeiro vigário Pe. Antônio André Lino da Costa. Sua nomeação consta pelo registro de posse a data de 6 de fevereiro de 1870. Talvez aí resida uma razão, somada a outras questões orçamentárias, para a demora da instalação definitiva da Vila somente em 1871.

registra a solidariedade dos vereadores e a proposta e aprovação de telegrama dirigido pela Comuna ao Imperador D. Pedro II, comunicando-lhe a extinção da Escravatura no município de Acarape.<sup>3</sup>

O pioneirismo abolicionista do Acarape só foi possível pela vontade da iniciativa privada de alguns senhores influenciados pelo desenvolvido movimento libertador que culminou na confraternização do dia 1º de janeiro de 1883, momento em que o governo local anunciou a extinção da escravatura, com a presença de membros da agremiação "Cearense Libertadora" vindos da capital na locomotiva recebida festivamente na estação do Cala-Boca, antiga denominação do município vizinho que hoje leva o nome de Acarape.

Não temos certeza da quantidade de libertos no Acarape. Alguns autores dizem uma centena, outros afirmam algo em torno de no máximo trezentos homens e mulheres. Nas poucas fontes que informam sobre a questão, vislumbramos algo que parece ainda menor que o cantado heroicamente em prosa e verso. Nas narrativas que lemos do episódio, dáse a entender que todos os senhores alforriaram seus escravos ao mesmo tempo, dentre os citados: Antonio da Silva Matos (coletor provincial), Gil Ferreira Gomes de Maria, Emiliano Cavalcante, Simeão Teles de Meneses Jurumenha, dentre outros. Contudo, o exemplo do Tenente-Coronel Simeão Jurumenha é revelador para essa revisão historiográfica.

Muito antes da fundação da Sociedade Libertadora Acarapense e do célebre limiar de 1883, mais precisamente aos 19 de agosto de 1881, o jornal *Pedro II*, órgão conservador, já anunciava as manumissões do Cel. Jurumenha que

(...) concedeu carta de liberdade a seus escravos Manoel, Delfina, Jeronymo, Vicente, Alexandrina, João e Francisco, todos sem ônus algum. Alforriou mais a Joanna pela quantia de 300\$000 [trezentos mil réis] que tinha em seu poder depositados, e Maria que tinha a condição de ficar a seu serviço durante a vida, visto achar-se elle paralytico. É um grande acto de generosidade que praticou o nosso amigo pelo qual o felicitamos. (*Pedro II*, 25/08/1881, p. 01)

O Cel. Jurumenha, pelo discurso hoje corrente é tido como português, um dos primeiros proprietários do grande Engenho Livramento, atual sede do "Museu Senzala Negro Liberto", senhor de muitos cativos trancafiados no porão da casa grande.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Biblioteca Digital. Documentação Territorial Brasileira. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/redencao.pdf. Acesso em março de 2016.

Complementando algumas informações biográficas obtidas nos periódicos da época, soubemos que era natural do Crato, onde fora juiz municipal e de órfãos e estabelecido no Acarape entre as décadas de 1860 e 1870 como proprietário de parte do primitivo Sítio Cala-Boca, que viria a chamar-se "Livramento" após sua morte, ocupando cargos como o de vereador e intendente (equivalente a prefeito) da Vila.

Pela notícia anterior, possuía o coronel nove escravos, cinco homens e quatro mulheres, uma parte de sua criadagem doméstica à exemplo de Maria para a qual se impôs a condição de servir-lhe de criada em seu resto de velhice e de vida. Existência que não durou muito, falecendo pouco menos de dois meses depois, à 1º de outubro de 1881 aos 69 anos. A nota de falecimento publicada n'*O Cearense* de 2 e outubro aponta a razão do "ato de caridade" de Jurumenha,

Homem activo e laborioso que adquiriu em sua mocidade uma boa fortuna que lhe serviu de amparo no último quartel da vida, quando diversas enfermidades o invalidaram para o trabalho e o prostraram paralytico no leito donde passou para o túmulo. Sentido approximar-se a sua última hora, concedeu carta de liberdade aos últimos escravos que tinha. E este acto que sellou o termo de sua existência, abona os sentimentos de seu coração bem formado.

Se aprofundarmos o caso, notaremos um agravo que perturbou o coronel em seus últimos meses de vida no âmbito familiar. Sua esposa, D. Balbina Jacintha do Sacramento, passou a negociar seus bens aproveitando-se do mau estado de saúde do marido, levando-o Jurumenha a protestar publicamente contra ela nos jornais, acusando-a, inclusive, de adultério. Ciente da brevidade de seus dias, tal questão particular poderia tê-lo animado a desfazer-se dos escravos e manter apenas uma para cuidar de si? Possivelmente. A Nova História leva em conta o diálogo com a psicologia e as sensibilidades, uma vez que tais sujeitos eram, antes de tudo, humanos à volta com os seus problemas, se compararmos a historiografia tradicional que em grande medida "desumanizava" os "vultos ilustres".

Voltando à questão redentorista, cabe também analisarmos, à luz das dificuldades de implantação da resolução de 1868 e da exacerbada promoção do pioneirismo de Acarape, de que esses acontecimentos são prova de que a lei, como hoje, por vezes é letra fria e morta. Como então explicar o registro censitário publicado n'*O Libertador*, órgão abolicionista, de 1º de janeiro de 1884, que contava a existência de 31.516 escravos no Ceará, sendo 115 destes arrolados no Acarape. Como isto seria possível um ano após a

extinção do cativeiro local? No mínimo é posta em dúvida "a legitimidade de uma efeméride assinalada" nacionalmente, como afirma Nascimento (1994, p. 181).

A favor do pioneirismo de Acarape, pudemos elucidar a questão. A dúvida de Nascimento (1994) partiu da leitura da obra *A Abolição no Ceará*, de Raimundo Girão, em que este autor cita o referido censo contraditório de escravos. O erro de Girão foi salientar que a estatística publicada no jornal de 1884 referia-se ao último levantamento da população escrava realizada em 1881 pelo senador Leão Velloso, informação que está clara no próprio jornal. Esse exemplo comprova a necessidade de consultarmos diretamente, sempre que possível, as fontes primárias. Portanto, a quantidade de escravos libertos no Acarape em 1883 ficou em torno dos 115 arrolados, ou menos, por conta das libertações particulares que ocorriam gradualmente à exemplo do Cel. Jurumenha.

Até mesmo o que podemos considerar a "coroação" dessa efeméride, que finalmente viria a sacralizar o feito, esperou alguns anos para ser concretizada. Falamos da elevação da Vila de Acarape à condição de cidade com a denominação de "Redempção", na grafía de então. Uma calorosa discussão na Assembleia Provincial foi iniciada ainda em 1883 pelo deputado Justiniano de Serpa, abolicionista que esteve presente na celebração de 1º de janeiro. Acompanhemos trechos desses apartes transcritos dos anais legislativos da 7ª sessão ordinária em 9 de outubro de 1883, publicados no periódico Gazeta do Norte:

Entra em 2ª discussão o projecto 4, deste anno, que eleva a cathegoria de cidade a villa do Acarape, com a denominação de cidade da Redempção.

O Sr. Arcadio Fortuna faz algumas considerações, o diz que pedio a palavra para declarar que, não pode votar pelo projecto em sua totalidade, na parte que diz respeito a elevação de villa para cidade e, que não pode dar seu voto em vista das circumstancias em que se acha a província, atento o estado precário de suas finanças, quanto porém a denominação que, abraça de coração e n'este sentido passa a oferecer a consideração da cada uma emenda. Vai a mesa, é lida, apoiada e posta em discussão a seguinte EMENDA. Em lugar de – elevada a cidade a villa do Acarape, diga-se: Fica denominada de hoje em diante – Villa da Redempção. S. R. Arcadio Fortuna.

(....) O Sr. Raimundo Peixoto: - Sr. Presidente, de accordo com a emenda ao projecto, voto pela mudança do nome de villa do Acarape para villa da Redempção, como voto contra o projecto por ser uma desvantagem a economia publica tanto mais quanto a província não está no caso de *satisfazer vaidades*. (...) O Sr. J. Mendes: - Ainda não tive ocasião de ir ao Acarape; mas informaram-me que não está em condições de ser elevado a cathegoria de cidade.

O Sr. Justiniano de Serpa: - Não conhecem como é que querem avaliar; mais insignificante é Sant'Anna e foi elevada a cidade por um capricho da Assembleia.

O Sr. J. Mendes: - (...) O que actua em meu animo para combater o projecto, é entender, que não há beneficio para o Acarape em ser chrismado com o

pomposo título de cidade. Crescem as despezas para a província sem proveito para os acarapenses. Limita-se, portanto, o projecto à *uma questão de luxo*. (16/10/1883 – 17/10/1883).

Recém saída da problemática da grande seca iniciada em 1877 que extinguiu um terço da população cearense, a província tinha seus cofres poupados pelos deputados que se opunham aos custos subsidiários que a elevação à cidade sacrificariam ao erário público. Vaidades e luxo foram adjetivos usados para definir a razão desse projeto que não foi aprovado. Curiosamente, Acarape foi finalmente elevada à condição de cidade com a denominação de Redenção quase seis anos depois, pela lei provincial nº 2.167, de 17 de agosto de 1889, sancionada mesmo num período em que a província atravessava outra grave estiagem iniciada em 1888. A renovada motivação poderá ter calhado pela busca de uma legitimação do pioneirismo acarapense após a instituição do 25 de março de 1884 como marco da declaração de que "a Província do Ceará não possui mais escravos". Assim como fortalecida pelas celebrações da Abolição nacional, aos 13 de maio de 1888 e da passagem do príncipe Gastão de Orleans, o Conde d'Eu, esposo da "redentora" princesa Isabel, pelo Acarape no início do mesmo agosto de 1889.

Sobre o feito, a mesma Gazeta do Norte anunciaria, em 19 de agosto de 1889, que

Acarape tinha direito a essa distinção, merecia-o. Foi o primeiro canto do Brazil que expungiu de seu seio a negra nodoa da escravidão, e por isso bem lembrado foi o chrisma que recebeu da cidade da Redempção. Parabens aos redemptoristas.

O uso paradoxal da expressão "negra nódoa da escravidão", confirma que os principais sujeitos da história permaneciam alheios às comemorações oficiais de uma abolição que passava apenas pelo papel e por cânticos de glória civilizatória. Ainda pior: foram os negros/escravos de fato expulsos, como parte que são da "negra nódoa", da possibilidade de ascender à igualdade social. Entre outras questões, alertamo-nos para a atual reverberação desse discurso racista, posto que eugenista. Especialmente enquanto educadores, precisamos também recuperar o "escuro" como lugar positivo.

### 2.2 – Monumentos e Logradouros

No governo republicano, a remodelação das ruas, quarteirões e logradouros foram legitimando e celebrando as personalidades e monumentos de uma História triunfante, de caráter positivista, cujas fontes eram na maioria os documentos oficiais, sobretudo as atas, discursos e leis que nem sempre condiziam os fatos. Ainda hoje, Redenção batiza o trecho da Rodovia CE-253, que perpassa a cidade, de Av. da Abolição (na entrada, sentido Fortaleza) e Rua Pedro II (na saída, sentido Aracoiaba). Há também as ruas denominadas "Castro Alves", "Princesa Isabel", "Treze de Maio" e a homônima Travessa "Redenção".

Estabelecida a efeméride magna do "berço das auroras", as comemorações não cessaram em Redenção em momentos diferentes, mas sempre recordando o que poderíamos chamar de "mito de origem" da celebração. Co-memorar, isto é, recordar junto, coletivamente, passa a fomentar, por gerações, essa identidade da memória social materializada nos monumentos.

A Praça da Liberdade ostenta um Obelisco, construído para a ocasião do cinquentenário da Abolição em 1º de janeiro de 1933. Monumento comemorativo típico da arquitetura do Antigo Egipto, é constituído de um pilar em forma quadrangular alongada e sutil, que se afunila para o alto terminado com uma ponta piramidal. É decorado com inscrições gravadas nos quatro lados. Em duas constam os nomes que compuseram a diretoria de duas agremiações abolicionistas de Acarape, a Sociedade Redentora Acarapense e a Sociedade Libertadora Acarapense. Nas outras faces de alvenaria estão gravados os dizeres: "Homenagem a invicta sociedade cearense libertadora. Cidade inexpugnável do civismo cearense" e "Homenagem do povo redencionista aos seus bravos antepassados que, a 1 de janeiro de 1883, antes que todos no Brasil, proclamaram a liberdade da raça negra e fizeram de sua terra o berço das auroras e a primeira faísca de heroísmo atirada aos ventos do futuro. 1 de 1 1883 1 de 1 de 1933". Na mesma data foi inaugurada a Praça Princesa Isabel, contígua à Praça da Matriz, em que se ergueu um busto da **Princesa Isabel**, designado de *A Redentora*, esculpida em pedra pelo notável artista quixadaense Jacintho de Sousa. Na placa de sua base lê-se: "1/1/1883 - 1/1/1933. À Redentora. Homenagem do Povo de Redenção".

Logo à entrada da cidade, na Av. da Abolição, se encontra o mais popular dos monumentos, decerto por ser o de mais fácil observação, em especial aos que apenas

passam pela rodovia. Patrocinado pela gestão do prefeito José Alberto Mendonça de Sousa, foi erguido em 1968 para comemorar o centenário da emancipação política de Redenção, trata-se de um grande painel intitulado *A Escrava*, produzido com pastilhas esmaltadas, assinado pelo artista plástico, escultor e músico José Eduardo Ribeiro Pamplona (1944-1991). Também odontólogo, Eduardo Pamplona utilizou a mesma técnica em outro famoso painel que retrata o ex-governador Adauto Bezerra, na entrada da cidade de Guaramiranga, edificado durante a ditadura militar.

Apoiada por sobre um rebaixo do painel existe uma grossa corrente, simbolizado o "romper dos grilhões" do cativeiro. Em conversa com estudantes que visitavam o museu municipal, alguns afirmam que a tal corrente fora utilizada para prisão de escravos! Um despropósito, posto que a mesma fora elaborada pelo artista em tamanho descomedido para harmonizar com o tamanho do próprio painel, compondo a obra. Originalmente, uma "cerca de proteção" arrodeava a base do monumento imitando outra graúda corrente, hoje inexistente por conta de reformas na estrutura com aplicação de cerâmica moderna.

Popularmente conhecido por "Negra Nua", o monumento em arte contemporânea é o primeiro da cidade que retrata de fato uma personagem negra. Ainda assim, registramos durante a pesquisa a crítica de uma professora que não quis identificar-se, quanto à composição da obra. Considerando que a cena da mulher negra ajoelhada e nua reforça a imagem histórica de submissão e de objeto sexual.

Transversalmente oposto ao busto d'*A Redentora*, na Praça da Matriz, está o monumento erigido mais recentemente e que também representa um escravo: a *Estátua de Vicente Mulato*, considerado o último a ser vendido no Acarape, segundo o livro de notas de compra e venda de escravos existente no acervo do museu municipal. Narrativas afirmam ter sido esse lado da praça um mercado de negociações e leilões de escravos. A escultura é de autoria do pintor Francisco Mendes Necreto, o Bob, morador no distrito de Antonio Diogo, zona rural de Redenção.

Consta no registro da escritura de venda do escravo Vicente que o mesmo foi adquirido pela considerável quantia de 1\$000.000 (um conto de réis), e era casado com uma mulher livre. O monumento foi introduzido em 1º de janeiro de 2008 por ocasião dos 125 anos da Abolição em Acarape e, mais uma vez, traz a corrente quebrada como símbolo do livramento. Por outro lado, a memória afro-brasileira permanece mais uma vez acorrentada à memória da escravidão.

Com exceção do último, todos os monumentos mencionados estão protegidos "por meio do Decreto Municipal n.º 34, de 17 de agosto de 2007, que tombou vários imóveis públicos e privados que têm valor histórico e cultural para os redencionistas. Ao todo, são 33 imóveis no distrito sede e em outros distritos e localidades" (BARBOSA, 2011, p. 106.)

Todavia, durante esta pesquisa, constatamos que a secretaria de cultura local não dispõe de uma política própria de gestão continuada e sustentável do patrimônio histórico do município, muito menos de uma ação educativa que envolva esses espaços, o que atesta o mau estado de conservação dos mesmos. Também não existem processos educativos para além da educação formal, liderados por instituições como ONG's culturais que estabeleçam um diálogo com os lugares de memória. A sustentabilidade da preservação desses bens passa pelo reconhecimento da comunidade através de ações de educação patrimonial. Já diz a máxima que "só amamos aquilo que conhecemos".

Constatamos que nunca foram escritas obras exclusivas sobre o passado, a história e memória de Redenção. Com exceção de "Descobrindo e Construindo Redenção", livro de caráter didático, publicado em 2011, fruto da parceria entre a prefeitura e a Fundação Demócrito Rocha, para utilização no Ensino Fundamental I da rede pública. A secretaria de educação local nos informou que a mesma obra vem sendo utilizada como fonte de pesquisa nas escolas, embora o acesso à comunidade seja restrito, uma vez que encontramos apenas um exemplar na Biblioteca Municipal. Ressaltando não existir esse título na Biblioteca da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira - UNILAB.

Mais de um século depois continuamos a criar lugares de rememoração no calendário cívico. Em 2013, a data de 25 de março ficou estabelecida pelo parágrafo único do artigo 18 da Constituição Estadual como data magna do Ceará e passou a ser feriado para as comemorações oficiais da libertação dos escravos. E é em torno desta memória que a cidade de Redenção abriga vários desses lugares, também explorados como pontos turísticos, que remetem ao fato histórico da abolição da escravatura.

24

-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> O Ceará comemora o dia 25 de março como Data Magna do Ceará a partir de 2013, através da Emenda Constitucional apresentada pelo deputado estadual Lula Morais (PCdoB), aprovada e sancionada pela Assembleia Legislativa do Estado.

# Capítulo 3 – Museus: Cativo, Liberto e, depois?

A origem dos museus remonta à Antiguidade (de *museon* = "templo das musas"; veja-se *Mnemósine*, musa da "Memória"), formatados como gabinetes de curiosidades repletos de objetos antigos de valor histórico, artístico, e que, nesta mesma concepção, difundiram-se a partir do século XV durante a Renascença. Em seguida, ao longo do século XVIII e início do XX, surgem os museus públicos que passam a fundamentar as ideologias e estereótipos nacionalistas, pelas classes ilustradas, consagrando personalidades e o caráter dos governos. (MARANDINO, 2008, p. 8-20)

Nas últimas décadas, a Nova Museologia, ou museologia social, procura dar voz e participação ativa àqueles outrora excluídos das exposições e discursos museológicos. Destacando o potencial educativo desses espaços, enquanto detentores de conhecimento gerado através de seus objetos de acervo e, por isso, propondo não apenas ações educativas no interior desses espaços, mas procurando sua apropriação pela comunidade em que estão inseridos. Segundo Brandão (1996, p. 67),

No entanto, só a partir do início do nosso século é que se começaram a fazer os primeiros trabalhos de observação dos visitantes e avaliação do tipo e a qualidade das informações fornecidas nos museus, podendo ainda dizer-se que os problemas envolvidos nas questões da ação cultural nos museus só nas últimas duas décadas têm sido tratados com maior profundidade.

Atualmente o Brasil conta com mais de 2.300 museus distribuídos em seu território, sendo que aqueles voltados para as questões afro-brasileiras, bem como voltado à herança cultural legada pelos negros são poucos, o que compromete a atuação dos museus para a inclusão social e étnica, ante as políticas educacionais de igualdade racial. Em 1982, foi inaugurado o primeiro museu afro-brasileiro do país, Museu Afro-Brasileiro (MAFRO), em Salvador – BA, por iniciativa da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Ademais, nessa temática e perspectiva museológica temos as seguintes instituições: Museu da Abolição – PE; Museu Afro Brasil (MAB) – SP; Museu e parque memorial Quilombo dos Palmares – AL; Museu do Negro e Memorial dos Pretos Novos – RJ; Museu Histórico e Memorial da Liberdade – CE; Museu Senzala do Negro Liberto – CE; Museu 13 de maio –RS, Museu do Negro (Cafua das Mercês) – MA; Museu Ilê Axé Opô Afonjá – BA; Museu do Percurso do Negro – RS, Museu de Magia Negra – RJ. Destas instituições, duas estão situadas, não sem razão, no mesmo município cearense: Redenção.

#### 3.1 - Museu Histórico e Memorial da Liberdade

O Museu Histórico e Memorial da Liberdade, de caráter público municipal, foi inaugurado em 28 de dezembro de 1997, dia em que se comemorou 129 anos da emancipação política de Redenção. Sobre essa data que remete ao ano de 1868, já citada anteriormente, observamos que erroneamente é denominada a de "fundação" do município. Redenção não foi fundado, e sim emancipado de Baturité.

Timidamente, a primeira instituição museológica da cidade iniciou sua existência através do trabalho de uma comissão que saiu em busca de arrecadar objetos antigos para composição inicial do acervo, composta por professores, alunos e demais representantes da comunidade. A sede era no antigo Centro Administrativo Municipal, atual Campus da Liberdade da Unilab. Daí, muitas mudanças físicas ocorreram, segundo conta a professora Teresinha de Lisiê Freire de Souza, que integrou a equipe de formação do museu nos seus primórdios:

Em 1998, o museu foi transferido para um prédio que já fora a sede da Prefeitura e da Câmara de Vereadores. Lá ficou até 2006, quando, por necessidade de área de estacionamento e de mais espaço, houve nova mudança, desta vez para o prédio do antigo Círculo Operários de São Jose, na praça da Matriz, onde se encontra até hoje. Essa última mudança deveu-se em parte ao projeto Rede de Museus do Maciço de Baturité, realizado pela Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB). Além de melhores acomodações, o projeto possibilitou ao museu instalar uma ilha digital, assim como realizou o inventário do acervo e o registro digitalizado das peças. (SOUZA, 2011, p. 33-34)

Lisiê Freire pode posteriormente contribuir sobremaneira para o desenvolvimento museológico a partir de sua gestão como Secretária de Cultura de Redenção. Época em que, lançando-se um site-blog do Museu<sup>5</sup>, pode-se acompanhar pelo "diário virtual" uma série de atividades e de divulgação histórica sobre Redenção sem precedentes, como prova das parcerias bem-sucedidas com a comunidade e, mesmo organizações civis. Tal foi o caso da reorganização do museu que culminou no lançamento do livro "Africania e Cearensidade: Catálogo do Museu Histórico e Memorial da Liberdade", junto ao Instituto Olhar Aprendiz e a AMAB. O momento foi propício para a discussão de uma política educativa do museu, que não se estabeleceu continuamente.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Acesso através de: http://museumemorialdaliberdade.blogspot.com.br/

Em 25 de março de 2013 ocorre a reinauguração do Museu em decorrência de uma nova mudança de sede. Retornando a ocupar as primeiras salas do antigo casarão que é parte da Câmara Municipal. Foi neste endereço que visitamos a exposição permanente do acervo que se encontra um tanto apertada no novo espaço. Em entrevista, a funcionária responsável pelo monitoramento das visitas, soubemos que o maior problema do museu é a descontinuidade política a cada mudança de gestão pública municipal, que também contribui para as mudanças físicas que não só desgastam o acervo, bem como a própria identidade dessa instituição perante à comunidade, sendo "jogada de um lado para o outro". Em 2016, a instituição deixou de participar da programação da Semana Nacional de Museus.

Fazendo jus ao nome, o "Memorial da Liberdade" reproduz, como os demais lugares de memória da cidade, um grande enfoque ao regime escravocrata e a campanha abolicionista através de importantes documentos oficiais (atas, livros, oficios) que deveriam compor o acervo de um arquivo histórico municipal, na prática infelizmente inexistente, e objetos do mundo do trabalho e de castigo. Apesar dos problemas mencionados, a exposição que anteriormente expunha reproduções das famosas gravuras de Jean Baptiste Debret sobre cenas cotidianas da vida escrava, sobretudo as de tortura, avançou em termos de aproximar-se da memória afrodescendente no novo espaço através de fotografias de artesanato tradicional africano e uma parede pintada com motivos pictóricos da arte africana.

Apesar de modesto, o Museu Histórico e Memorial da Liberdade faz parte dos sistemas nacional e estadual de museus. Com suas limitações, é um ambiente de fruição cultural, que luta para cumprir sua missão de conservar, divulgar e, acima de tudo, possibilitar uma reflexão crítica. Sentimos que ainda há muito por fazer para registrar os duros anos da escravidão e a contribuição do município por seu fim. (Idem, p. 34)

Uma rápida análise do livro de visitas do Museu confirma que seu principal público são os estudantes, oriundos dos mais diversos municípios e da capital. Estes, como percebemos, levam consigo principalmente a curiosidade aguçada pelo sofrimento transmitido pelos ferros de tortura.

### 3.2 – Museu Senzala Negro Liberto

O Museu Senzala Negro Liberto, de caráter privado, é o mais recente museu instalado em Redenção, iniciando suas atividades em 2003. Ocupa a sede de uma antiga fazenda, desde a abolição denominada "Livramento", dividida em casa grande, senzala, engenho e lojinha de souvenires. À margem da rodovia (Av. da Abolição), na entrada da cidade, o Museu tem por maior público não apenas estudantes, mas turistas dada a sua visibilidade.

A iniciativa particular da família proprietária, que continua a produzir cachaça a partir de um engenho e usina mais modernos que o anterior, cujo antigo maquinário está exposto como peça do museu, reuniu muitos objetos, tais como documentos, utensílios, mobiliário, dentre outros elementos de diversas épocas e provenientes dos bens de antigos donos. Em entrevista aos guias de visitação, não foi possível compreender o fio condutor da narrativa proposta pela exposição histórica, que contraria não apenas a explicação oral, como compromete o entendimento dos visitantes.

A respeito desse problema, podemos citar alguns exemplos. Primeiramente, todos os documentos manuscritos (originais ou cópias) do século XIX não dizem respeito à presença escrava na propriedade, com exceção da cópia do ofício da Câmara Municipal da Vila do Acarape comunicando ao Presidente da Província a Abolição local, item documental também existente no acervo do museu municipal. Em segundo lugar, há verdadeira confusão quanto aos proprietários da fazenda, suprimindo nomes de alguns em detrimento de outros e associando como primeiro proprietário o Cel. Simeão Jurumenha, mencionado no capítulo anterior do presente trabalho, como sendo contemporâneo do século XVIII. O que não é possível, haja vista que o mesmo viveu no Acarape entre 1860 e 1880.

Por fim e de maior gravidade é a confusão em torno de narrativas deslocadas da história e da memória do lugar, mas que para o receptor é apreendida como fato ocorrido ali. É o caso das lendas e histórias de escravos de outras regiões brasileiras, como a Escrava Anastácia, que provavelmente viveu no Rio de Janeiro. Também os instrumentos de tortura presentes no porão da casa grande, tomado por senzala, são claramente réplicas com uso de material moderno, incluindo as correntes, mas que acaba por confundir os visitantes de que são originais.

A possível existência da senzala no porão não pode ser posta em cheque por carência de estudos, fontes e demais evidências. Faz-se necessário, porém, destacar que em outras regiões o mais comum era a senzala compor-se arquitetonicamente como galpão, pavilhão ou mesmo casebre próximo da casa senhorial. O uso do porão para abrigo de escravos é, no entanto, fortalecido no interior cearense por outros exemplos de construções semelhantes. A meticulosa investigação de Robert Slenes sobre os tipos de senzalas, especialmente no Sudeste, não traz esse exemplo. (SLENES, 2011)

De toda forma, existe uma consciência de que a "grande atração" é a Senzala, destacada pela própria denominação do museu, que sufocante, rebaixada, escura e cheia de morcegos dá o tom novelesco "à la Escrava Isaura" de nosso imaginário geral a respeito do regime escravista, estereotipado romanticamente pela literatura inspirada no eito dos canaviais e cafezais distantes.

Numa sociedade que hoje destrói o vital e a esperança, buscando alento no passado para fugir do temor de um futuro incerto, a memória serve também de opção mercadológica. Em certos lugares, vale tudo para se lucrar às custas do passado. É o exemplo da opção de lazer de fins de semana no apelo turístico encontrado nos chamados por Hugues de Varine de "economuseus" ou "museus parque-temáticos", que por vezes se utilizam de discursos falaciosos, objetivando sobretudo fins mais ou menos comerciais, surfando nas lendas e especificidades locais. (VARINE, 2013, p. 197-199)

E mais uma vez concluímos que a memória afro-brasileira restringiu-se à mazela da escravidão. Convém salientar que não se trata de uma crítica total à memória da escravidão, que não pode ser esquecida. É preciso considerar o dever de lembrar dessas realidades passadas e repugnantes para que não se repitam. Apesar disso, a memória da escravidão não pode ser a única.

Acabamos, pois, por enfatizar a memória do patriarcalismo e o desejo de remeter nossas genealogias às origens europeias. No discurso do museu, o Cel Jurumenha é português. No entanto, é cratense. Após este primeiro proprietário, o que dizer dos sucessores Antonio do Couto Valle, Antonio Joaquim de Carvalho, Juvenal de Carvalho, Gaudioso Bezerra Lima? Todos estes viveram após a Abolição. Qual atuação tiveram na cidade, para além dos negócios agrícolas? Seus escravos desertaram? Quem eram seus trabalhadores? Precisamos ir além na história de Redenção e encontrar o paradeiro do liberto pela lei. O que é dele em nós?

Grosso modo, grande parte dos libertos no Brasil dirigiu-se às grandes cidades onde foram erguidos os bairros africanos, origem das favelas atuais, trocando senzalas por casebres. Outros tantos permaneceram, desde muito, em áreas rurais, hoje reconhecidas comunidades quilombolas remanescentes. A inexistência de reformas mais amplas permitiu a exploração do estigmatizado como "ex-escravo". "No Ceará, em particular na cidade de Fortaleza, há um aumento considerável daqueles indivíduos sujeitos à condição de agregados e empregados domésticos". (FUNES, 2007, p. 132.)

Ainda pior foi o efeito gerado pela política de branqueamento que, mesmo fracassada no seu principal intuito, deixou uma profunda marca no imaginário coletivo brasileiro, ampliando atitudes racistas. Segundo Kabengele Munanga (1999), essa ideologia foi o principal fator que não permitiu e ainda não permite um movimento negro mais forte e mais combativo no Brasil, roubando dos movimentos negros sua unicidade ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos.

O sistema escravista e sua não correção real após seu término é a origem da exclusão, desigualdade e pobreza que se reproduzem no país até hoje, onde "as cotas" e demais políticas públicas de inserção étnica procura, antecríticas que se pautam tantas vezes em argumentos de justiça, tentar ofertar oportunidades aos que ficaram à margem do caminho em mais de um século de uma história mal resolvida.

### Considerações finais: Por uma educação patrimonial integral

Em meio à complexidade dos discursos da história e da memória representada nos lugares e elementos do patrimônio coletivo, a importância das ações afirmativas como a Lei 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas, contribui para a transformação da própria educação, a partir da crítica de como a história nacional vem sendo discutida com as novas gerações.

A principal consequência do *status quo* em que se acomoda, por diversos aspectos curriculares e metodológicos, a educação brasileira desde o século XIX é a reprodução de sua incapacidade de reconhecer amplamente que tão importante quanto aprender sobre o sistema escravista é conhecer as histórias de organizações que lutaram contra a discriminação racial.

No Brasil, a manipulação da memória pelos brancos consiste em manter a memória da escravidão, pois esta é concebida como um meio de inferiorizar os negros, construindo uma identidade americana ou euro-americana com lembranças "afro". (CANDAU, 2012, p. 167)

A presença de memórias e histórias eurocêntricas alimenta um sentimento de superioridade em relação aos grupos sub-representados nos currículos. Tanto o sentimento de inferioridade quanto o de superioridade dificultam a consolidação de uma perspectiva democrática ao longo do processo formativo. O pouco que se apresenta, e superficialmente, sobre o movimento negro, são os mesmos exemplos pontuais limitados à luta abolicionista, em grande parte não liderada por negros.

A reversão dessa situação deve ser protagonizada, especialmente, pelos educadores e demais pesquisadores sociais que possam reescrever a História da Educação do Brasil, tanto no papel quanto nas novas práticas. Dentre as políticas públicas necessárias é fundamental construir espaços de enunciação das diferenças nos currículos e nas escolas, com ações que possam contribuir para a construção de um processo educativo efetivamente mais democrático em nossa sociedade e, para isso, conhecer as lutas das organizações e pessoas negras por educação é enxergar que o ingresso e a permanência das populações não brancas nas escolas brasileiras mobilizam importantes discussões e esforços há muitos anos.

No Ceará, as últimas décadas foram marcadas, assim como em todo o Brasil, por manifestações políticas da presença de negros no Estado, como as comunidades remanescentes quilombolas reconhecidas, o Movimento Negro (MN), iniciado 1982, e também o Grupo de União e Consciência Negra, que resolve formar um subgrupo de estudos sobre temas afrodescendentes, como evangelização dos negros e cultos afrobrasileiros; sem citar as manifestações ligadas à religiosidade e grupos de expressões culturais afro.

Mais uma vez, apesar de toda a força da "maré contrária" dominante, afirmamos que:

As culturas negras no espaço desta dispersão e reconstrução atlântica reinventam-se continuamente e ao reinventarem-se põem em movimento diversas posições de sujeito afrodescendentes que são constituídas, na maioria das vezes, em diálogo ou oposição a discursos sobre o negro. (PINHO, 2003, p. 16)

Procuramos demonstrar, através da pesquisa realizada, como a história local de Redenção, concentrada no final do século XIX, precisa ser revisitada. As contribuições inéditas aqui registradas alertam que até mesmo fatos desse período que parece "esgotado", não são suficientemente conhecidos. Passando pela revisão historiográfica e reflexão crítica dos acontecimentos até a necessidade de escrita sobre o depois da Abolição. Senão vejamos: a própria história da aguardente, destacada nos museus pela variedade de rótulos e alambiques que confirmam sua relevante produção, remonta às primeiras décadas do século XX. E o que dizer da produção algodoeira, que antecede a canavieira, a partir do século XVIII? Não encontramos respostas.

Ao inventariar, descrever e comentar sobre os processos de formação dos bens patrimoniais de papel, pedra e cal deparamo-nos com as mesmas limitações, pois suas memórias afro-brasileiras são sinônimos de tortura, castigo, escravidão e o pretenso "ponto final" da Abolição. Portanto, intervenções educativas de educação patrimonial são urgentes não apenas para melhor conhecer esses elementos do patrimônio, mas antes dialogar criticamente com sua existência, ampliando o inventário do patrimônio intangível, isto é, imaterial.

A Nova História possibilitou esse alargamento das fontes, trazendo novos olhares e objetos de pesquisa por meio da identificação e valorização das representações sociais, dos saberes e fazeres do povo, assim como do patrimônio ambiental. Nesses espaços, não observamos menção alguma quanto às memórias, oralidades, relações com a natureza e

outras manifestações da tradição local. Não notamos essas "raízes" pela ótica da perspectiva integral do patrimônio, compreendendo a cultura e a natureza. A existência de um livro didático sobre os aspectos históricos e culturais do município é um avanço importante, mas de que forma este vem sendo utilizado como ferramenta de ensino-aprendizagem na sala de aula?

A inauguração da UNILAB com todas as suas peculiaridades de constituição e missão institucional é também um "marco", como os "lugares de memória", de um novo tempo em Redenção e no Brasil: a África ainda mais perto de nós. A escolha de Redenção para sediá-la foi determinada pela mesma memória abolicionista pioneira, a qual é novamente fortalecida até mesmo com os nomes dos Campi: da Liberdade, das Auroras.

A Universidade pode, e deve, ser a grande parceira da comunidade local nessa possibilidade de se reconhecer o elo perdido, e forçadamente diluído na "democracia racial", para afirmar seus marcadores culturais, isto é, suas raízes, como sugerem as experiências na formação de professores com práticas organizadas pela professora Sandra Petit.<sup>6</sup>

A apropriação da prática de uma educação humanizada, posto que sua história nos transmite o senso de igualdade, fraternidade e sensibilidade perante às diferenças étnicoraciais, classificadas outrora como superiores ou inferiores em detrimento umas com as outras, gerando o reverso dos valores citados: exclusão, violência, preconceito e intolerância. Temas esses mais do que recorrentes em nosso cotidiano quando acessamos aos meios de informação e ouvimos julgamentos no espaço familiar e escolar, fundamentados no preconceito racial.

O negro, excluído socialmente, constituiu sua identidade própria. E esse seu fazer histórico não pode passar desapercebido aos nossos olhos, no passado e no presente. Somos todos negros.

-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Sobre o conceito de marcadores culturais e pretagogia cf. PETIT, 2015.

# Referências Bibliográficas

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861).** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

BARBOSA, Anna Emília Maciel. **Descobrindo e construindo Redenção**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1960, p. 67.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da história**. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEZERRA, Débora Andrade P. **No Ceará tem Negros e Negras, sim**. Revista da ABPN. V. 2, n. 5. Jul.- Out. 2011, p. 75-98.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CIRNE, Michelle. "Não é uma tonalidade de pele, é uma posição política": a formação da identidade negra através do Projeto Universidade Livre. Dissertação, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, CEAO, UFBA, 2008.

DOSSE, François. **Uma História Social da Memória.** In: A História. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FUNES, Eurípedes. **Negros no Ceará.** IN: SOUZA, Simone de. História do Ceará. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.

GIRÃO, Raimundo **A Abolição no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 1969.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Africania e Cearensidade: Catálogo do Museu Histórico e Memorial da Liberdade. Fortaleza: Instituto Olhar Aprendiz, 2011. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

MARANDINO, Martha (Org.). **Educação em museus: a mediação em foco.** São Paulo, SP: Geenf / FEUSP, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

NASCIMENTO, F.S. **Síntese Histórica da Escravidão Negra.** In: SOUZA, Simone de. (Org.). História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

NORA, Pierre. Comment on écritl'histoire de France?, p. 24. IN: DOSSE, 2012, p. 286.

PETIT, Sandra Haydée. Pretagogia: pertencimento, corpo-dança, afroancestral e tradição oral africana na formação de professoras e professores - contribuições do legado africano para implementação da Lei nº 10.639/03. Fortaleza: Ed. UECE, 2015.

PINHO, O. S. A. Novos Sujeitos Afrodescendentes e Pluralização da Modernidade em Salvador no GT Teoria Social e Transformações Contemporâneas. 2003. (Apresentação de Trabalho/Seminário). Acesso: http://portal.anpocs.org/

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O escravo no espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SLENES, Robert. W. Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SOUZA, Simone de. **História do Ceará.** 2ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

SOUZA, Teresinha de Lisiê Freire de. **Redenção e o Memorial da Liberdade.** IN: Africania e Cearensidade: Catálogo do Museu Histórico e Memorial da Liberdade. Fortaleza: Instituto Olhar Aprendiz, 2011.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Trad. De Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

# **Fontes**

Arquivo Público do Estado do Ceará. Setor Cartorário: Fundo 1º Ofício de Baturité.

Fundação Biblioteca Nacional. Periódicos: *Gazeta do Norte*, *Libertador*, *O Cearense*, *Pedro II*.

## Anexos



A força dos lugares de memória: montagem fotográfica emoldurada na entrada da Biblioteca Setorial Campus da Liberdade – UNILAB.

Da esquerda para a direita: Museu Senzala Negro Liberto, A Escrava e Obelisco.



**Monumento** *A Escrava*, de Eduardo Pamplona, em julho de 1983. Destaque para a base do painel original, cercada de correntes estilizadas.

Acervo: Municípios - Biblioteca do IBGE - Rio de Janeiro.

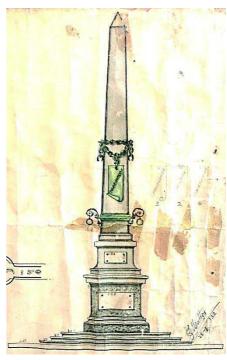


Avenida da Abolição: A Escrava, ao centro, e o antigo centro administrativo municipal, à direita, hoje Campus da Liberdade – UNILAB, em julho de 1983.
 Acervo: Municípios - Biblioteca do IBGE – Rio de Janeiro.



Em visita aos monumentos na Praça da Matriz, Busto de D. Isabel e Estátua do Escravo Vicente Mulato, em Abril de 2016. Destaque para o estado ruim de conservação do patrimônio.





Obelisco do Cinquentenário da Abolição em Redenção (1933). À direita, detalhe do projeto original, cujas faces do pilar acrescentavam "Redenção" à divisa republicana "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" distribuídas nas argolas das correntes.

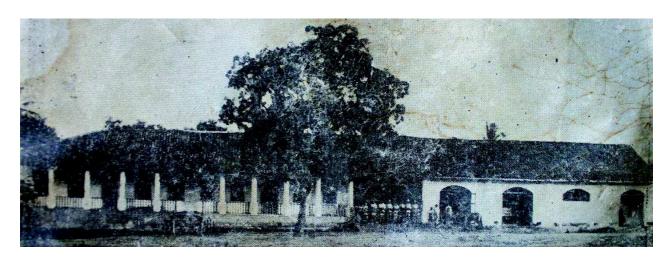
Acervo: Museu Histórico e Memorial da Liberdade.



**Livro Didático** de História e Geografía de Redenção para Ensino Fundamental I, um importante recurso para o ensino sobre o lugar em que se vive. Na capa, o monumento!

Acervo: Biblioteca Pública Municipal de Redenção.





Fazenda / Engenho Livramento na décad de 1920, em foto de Octacílio de Azevedo. Atualmente abriga o *Museu Senzala Negra Liberto*. À direita instrumentos de tortura el castigo de escravos.

